

# MAUÁ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ - SÃO PAULO

## Professor De Educação Básica II – PEB II – Inglês

**EDITAL DE ABERTURA – PROCESSO SELETIVO**  
**Nº 01/2025**

CÓD: SL-024FV-25  
7908433270584

## Língua Portuguesa

1. Ortografia oficial .....	7
2. Acentuação gráfica.....	12
3. Flexão nominal e verbal .....	13
4. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	15
5. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo .....	18
6. Concordância nominal e verbal .....	18
7. Regência nominal e verbal.....	20
8. Ocorrência de crase .....	22
9. Pontuação.....	23
10. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).....	25
11. Intelecção de texto .....	26

## Conhecimentos Pedagógicos e Legislação

1. Os diferentes ritmos na construção do conhecimento .....	35
2. Integração escola, família e comunidade.....	36
3. O papel do professor no mundo atual .....	37
4. Constituição da república federativa do brasil – artigo 5º, artigos 37 ao 41, 205 a 214 e 227 ao 229 .....	38
5. Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 .....	49
6. Lei federal nº. 9394, De 20/12/1996 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.....	89
7. Resolução cne/ceb nº. 02, De 11 de setembro de 2001 – institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica .....	108
8. Resolução cne/ceb nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil .	111
9. Resolução cne/cp nº 04/2010 – define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica .....	113
10. Resolução cne/cp nº 02/2017 – institui e orienta a implantação da base nacional comum curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica.....	123

## Bibliografia

1. Bacich, I.; Moran, j. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teóricoprática. Porto alegre: penso, 2017 .....	133
2. Chrispino, á. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. In: ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de janeiro, v.15, N.54, P. 11-28, Jan./Mar. 2007 .....	133
3. Lerner, delia — ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. 1ª ed. Artmed, 2002 .....	134
4. Luckesi, cipriano c. — Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e preposições. 22ª ed. São paulo: cortez, 2011 .....	134
5. Mantoan, maria teresa eglér. Abrindo as escolas às diferenças, capítulo 5, in: mantoan, maria teresa eglér (org.) Pensando e fazendo educação de qualidade. São paulo: moderna, 2001.....	134
6. Moran, j. Educação híbrida: um conceito chave para a educação, hoje. Texto publicado no livro ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação, organizado por bacich, tanzi & trevisani – porto alegre: penso, 2015.....	135
7. Moran, j. Por onde começar a transformar nossas escolas? Texto publicado do livro “a educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá”. Cap. 6. 6ª reimpressão. Campinas: papirus, 2016. Páginas 145-165.....	136
8. Solé, isabel — estratégias de leitura. 6ª ed. Penso, s.D .....	137

9. Vasconcellos, celso dos santos — indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente. 1ª ed. São paulo: cortez, 2010 .....	140
10. Weisz, telma — o diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2ª ed. Ática, 2000.....	141
11. Zabala, a. — A prática educativa: como ensinar. Porto alegre: artmed, 1998.....	141

## Conhecimentos Específicos

### Professor De Educação Básica II – PEB II – Inglês

1. Base Nacional Comum Curricular - Educação é a base – Assuntos relacionados à INGLÊS .....	143
2. Fundamentos teóricos do processo de ensino - aprendizagem da Língua Inglesa e principais abordagens metodológicas.....	171
3. Compreensão, interpretação e produção de textos: Estratégias de leitura, tipologia, estrutura e organização textual .....	173
4. Coerência e coesão; Principais elementos e relações da estrutura linguística do Inglês (morfologia, sintaxe, semântica, fonologia, vocabulário) .....	174
5. O ensino de Línguas para comunicação; Dimensões comunicativas no Ensino de Inglês.....	197
6. Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna .....	199
7. Interculturalidade e Interdisciplinaridade no Ensino da Língua Inglesa.....	203
8. Aprendizado de Língua Estrangeira: Língua como Discurso; Conhecimento Contextual (Conhecimento dos interlocutores, lugar, hora e objetivo do ato comunicativo); Conhecimento Textual (Organizações textuais diferentes como descrição, exploração e argumentação); Conhecimento Linguístico / Sistemico (Conhecimento do aspecto linguístico no ato comunicativo); Uso Social da Língua.....	204
9. Ensino da Língua Inglesa: Concepções sobre o ensino - aprendizagem da Língua Inglesa; Tendências pedagógicas: Métodos e abordagens de ensino; O processo de ensinar e aprender uma língua estrangeira .....	207
10. O papel da Língua Inglesa no currículo .....	210

# LÍNGUA PORTUGUESA

## ORTOGRAFIA OFICIAL

A ortografia oficial da língua portuguesa trata das regras que orientam a escrita correta das palavras, garantindo a padronização e a clareza na comunicação. Essas normas são fundamentais para a uniformidade da língua escrita, tanto em contextos formais quanto informais. Ao longo do tempo, o português passou por diversas reformas ortográficas, sendo a mais recente o Novo Acordo Ortográfico, que trouxe algumas mudanças na grafia de palavras e na inclusão de certas letras no alfabeto oficial.

Aprender a ortografia correta de uma língua exige prática, e a leitura é uma das ferramentas mais eficazes para alcançar esse objetivo. A leitura regular não apenas amplia o vocabulário, mas também auxilia na memorização das grafias, uma vez que expõe o leitor a diferentes padrões e contextos. No entanto, apesar da existência de regras claras, a ortografia do português é repleta de exceções, exigindo atenção redobrada dos falantes.

Neste texto, serão abordadas as principais regras ortográficas do português, com destaque para dúvidas comuns entre os falantes. Desde o uso das letras do alfabeto até as regras para o emprego de X, S e Z, veremos como essas normas são aplicadas e quais são os erros mais frequentes. Além disso, exploraremos a distinção entre parônimos e homônimos, palavras que, por sua semelhança gráfica ou sonora, costumam causar confusão.

### — O Alfabeto na Língua Portuguesa

O alfabeto da língua portuguesa é composto por 26 letras, sendo que cada uma possui um som e uma função específica na formação de palavras. Essas letras estão divididas em dois grupos principais: vogais e consoantes. As vogais são cinco: A, E, I, O, U, enquanto as demais letras do alfabeto são classificadas como consoantes.

A principal função das vogais é servir de núcleo das sílabas, enquanto as consoantes têm a função de apoiar as vogais na formação de sílabas e palavras. Essa divisão permite uma vasta combinação de sons, o que torna o português uma língua rica e complexa em termos de fonologia e grafia.

### Inclusão das Letras K, W e Y

Com a implementação do Novo Acordo Ortográfico, assinado pelos países lusófonos em 1990 e efetivado em 2009, houve a reintrodução das letras K, W e Y no alfabeto oficial da língua portuguesa. Essas letras, que anteriormente eram consideradas estranhas ao alfabeto, passaram a ser aceitas oficialmente em determinadas circunstâncias específicas.

As letras K, W e Y são utilizadas em:

– **Nomes próprios estrangeiros:** Exemplo: Kátia, William, Yakov.

– **Abreviaturas e símbolos internacionais:** Exemplo: km (quilômetro), watts (W).

O objetivo dessa inclusão foi alinhar a ortografia portuguesa com o uso global dessas letras em contextos internacionais, especialmente para garantir a correta grafia de nomes e símbolos que fazem parte da cultura e ciência contemporâneas.

### Relevância do Alfabeto para a Ortografia

Compreender o alfabeto e suas características é o primeiro passo para dominar a ortografia oficial. A combinação correta das letras, assim como o reconhecimento dos sons que elas representam, é fundamental para escrever com precisão. A distinção entre vogais e consoantes e o uso adequado das letras adicionadas pelo Acordo Ortográfico são pilares essenciais para evitar erros na grafia de palavras.

A familiaridade com o alfabeto também ajuda a identificar casos de empréstimos linguísticos e termos estrangeiros que foram incorporados ao português, reforçando a necessidade de se adaptar às mudanças ortográficas que ocorrem com o tempo.

### Uso do “X”

O uso da letra “X” na língua portuguesa é uma das áreas que mais geram dúvidas devido à sua pronúncia variável e à multiplicidade de regras que regem sua grafia. Dependendo da palavra, o “X” pode assumir diferentes sons, como /ch/ (em “chave”), /ks/ (em “táxi”), /s/ (em “próximo”) ou até mesmo /z/ (em “exemplo”). Além disso, há regras específicas que ajudam a determinar quando se deve usar o “X” ao invés de outras letras, como o “CH”.

A seguir, serão apresentadas algumas regras e dicas práticas para o uso correto do “X” na ortografia portuguesa.

### Após as Sílabas “ME” e “EN”

Uma das principais regras de uso do “X” é sua ocorrência após as sílabas “me” e “en”, uma peculiaridade que se aplica a muitas palavras do português. Em casos como esses, o “X” deve ser utilizado em vez do “CH”.

#### Exemplos:

- Mexer (não “mecher”)
- Enxergar (não “encherger”)

### Após Ditongos

Outro caso comum de uso do “X” é após ditongos, que são encontros de duas vogais na mesma sílaba. Nessa situação, a letra “X” é empregada em vez de outras consoantes, como o “S” ou o “CH”.

#### Exemplos:

- Caixa (não “caicha”)
- Baixo (não “baicho”)

**– Palavras de Origem Indígena ou Africana**

O “X” também é utilizado em muitas palavras de origem indígena ou africana, refletindo a influência dessas culturas na formação do vocabulário da língua portuguesa. Esses termos foram incorporados ao idioma ao longo da colonização e preservam a grafia com “X”.

**Exemplos:**

- Abacaxi (fruto de origem indígena)
- Orixá (divindade de religiões de matriz africana)

**– Exceções e Particularidades**

Apesar dessas regras, o uso do “X” na língua portuguesa está cheio de exceções que não seguem um padrão claro, o que muitas vezes exige que o falante simplesmente memorize a grafia correta de certas palavras. Por exemplo, palavras como exceção, excluir e exame não seguem as regras gerais e precisam ser decoradas.

Uma maneira eficaz de evitar erros na escrita do “X” é observar o contexto em que ele aparece. As regras mencionadas anteriormente são úteis, mas em muitos casos, a leitura frequente e a exposição à língua são as melhores estratégias para memorizar a grafia correta. Além disso, é importante atentar-se às exceções que não seguem uma regra clara e que podem confundir o falante.

Dominar o uso do “X” é essencial para escrever de forma clara e correta, já que muitos erros comuns de ortografia envolvem justamente a confusão entre o “X” e outras letras que apresentam sons similares.

**Uso do “S” e “Z”**

O uso correto das letras “S” e “Z” na língua portuguesa pode gerar confusão, pois ambas podem produzir o som de /z/ em determinadas palavras. No entanto, há regras que orientam a escolha entre essas duas letras em diferentes contextos. A seguir, serão apresentadas algumas dessas regras para ajudar a diferenciar o uso do “S” e do “Z”.

**Uso do “S” com Som de “Z”**

A letra “S” pode assumir o som de /z/ em alguns casos específicos. Essas ocorrências, embora comuns, seguem regras claras que facilitam a sua identificação.

**a) Após Ditongos**

O “S” assume o som de /z/ quando aparece logo após um ditongo (encontro de duas vogais na mesma sílaba).

**Exemplos:**

- Coisa
- Maisena

**b) Palavras Derivadas de Outras com “S” na Palavra Primitiva**

Em palavras derivadas, se a palavra primitiva já contém a letra “S”, essa letra deve ser mantida na palavra derivada, mesmo que o som seja de /z/.

**Exemplo:**

- Casa → Casinha
- Análise → Analisador

c) Sufixos “ês” e “esa” Indicando Nacionalidade ou Título  
Nos sufixos “ês” e “esa”, usados para indicar nacionalidade, título ou origem, a letra “S” também pode ter o som de /z/.

**Exemplos:**

- Francês, portuguesa
- Marquês, duquesa

d) Sufixos Formadores de Adjetivos: “ense”, “oso” e “osa”  
Quando palavras formam adjetivos com os sufixos “ense”, “oso” e “osa”, a letra “S” também é utilizada com o som de /z/.

**Exemplos:**

- Paranaense, londrinense
- Preguiçoso, gloriosa

**– Uso do “Z”**

A letra “Z” tem regras bem definidas em relação à sua utilização, especialmente em radicais e sufixos de palavras.

**a) Em Palavras que Têm Radicais com “Z”**

O “Z” é mantido em palavras derivadas que possuem o radical ou a forma primitiva com essa letra. Isso ocorre principalmente em verbos e substantivos.

**Exemplos:**

- Feliz → Felicidade
- Realizar → Realização

**b) Verbos Terminados em “-izar”**

Os verbos terminados em “-izar” costumam ter sua forma baseada em substantivos ou adjetivos que não terminam com “S”, mas com “Z”. Essa regra é bastante comum na formação de verbos que indicam a ação de transformar algo.

**Exemplos:**

- Civilizar (de “civil”)
- Organizar (de “organização”)

**c) Palavras com Sufixos “-ez”, “-eza”**

Os sufixos “-ez” e “-eza”, que formam substantivos abstratos, também utilizam a letra “Z”.

**Exemplos:**

- Beleza
- Tristeza

**Diferenças Regionais e Exceções**

Embora existam regras claras para o uso do “S” e do “Z”, algumas palavras apresentam variações regionais ou são exceções às regras, o que exige memorização. Termos como analisar e paralisar, por exemplo, mantêm o “S” mesmo quando derivam de substantivos com “Z” (análise, paralisção), representando uma exceção à regra dos verbos terminados em “-izar”.

**Dicas para Evitar Confusões**

Para evitar erros frequentes no uso do “S” e do “Z”, é recomendável:

- Estudar e reconhecer as palavras que seguem as regras.
- Praticar a leitura regular, uma vez que isso ajuda na memorização da grafia correta.
- Prestar atenção ao radical das palavras, especialmente na formação de verbos e substantivos derivados.

Dominar o uso correto de “S” e “Z” é fundamental para escrever com precisão, já que essas letras estão presentes em muitas palavras da língua portuguesa, e pequenos erros podem mudar o significado das palavras ou comprometer a clareza da comunicação.

### Uso do “S”, “SS” e “Ç”

O uso correto das letras “S”, “SS” e “Ç” é um dos aspectos fundamentais da ortografia da língua portuguesa. Essas letras têm sons parecidos, mas sua aplicação obedece a regras específicas que, quando seguidas, ajudam a evitar erros na escrita. A seguir, veremos as principais orientações para o uso adequado de cada uma.

#### Uso do “S”

A letra “S” pode assumir sons diferentes, dependendo de sua posição dentro da palavra e das letras que a circundam. Ela pode ter som de /s/ (surdo) ou de /z/ (sonoro), e algumas regras ajudam a definir seu uso.

##### a) Entre Vogal e Consoante

Quando o “S” aparece entre uma vogal e uma consoante, seu som é surdo (como /s/), e ele é mantido nessa posição.

#### Exemplos:

- Diversão (entre e e n)
- Mansão (entre a e n)

##### b) No Início de Palavras ou Entre Consoantes

Quando o “S” está no início de palavras ou aparece entre consoantes, ele também tem som de /s/ e é escrito com uma única letra “S”.

#### Exemplos:

- Saúde (início da palavra)
- Perspectiva (entre consoantes)

##### c) Entre Duas Vogais

Quando o “S” aparece entre duas vogais, o mais comum é que ele tenha som de /z/ (som sonoro).

#### Exemplos:

- Casa (som de /z/ entre a e a)
- Rosa (som de /z/ entre o e a)

#### — Uso do “SS”

A dupla “SS” é utilizada para marcar o som surdo /s/ quando ele ocorre entre duas vogais. O “SS” é a forma que preserva o som de /s/ em palavras derivadas e compostas, diferenciando-se do uso de “S” simples, que teria o som de /z/ nesse contexto.

#### Exemplos:

- Processo
- Passagem

Uma regra importante é que o “SS” nunca é utilizado no início de palavras, sendo uma combinação exclusiva de vogais.

#### Exemplos:

- Missão
- Apressar

### Uso do “Ç”

O “Ç” (cedilha) sempre tem som de /s/ e só pode ser usado antes das vogais “A”, “O” e “U”. Ele é uma forma especial da letra “C” usada para representar o som de /s/ nessas condições. O “Ç” nunca aparece antes das vogais “E” e “I”, e, em vez dele, usa-se o “S” para produzir o mesmo som.

#### a) Uso em Palavras Estrangeiras Aportuguesadas

Muitas palavras de origem estrangeira que foram aportuguesadas utilizam o “Ç” para garantir a coerência com as regras ortográficas do português.

#### Exemplo:

- Muçarela (adaptado do italiano “mozzarella”)

#### b) Em Palavras Derivadas

Em palavras derivadas, o “Ç” é mantido quando ele já existe na palavra primitiva e é combinado com sufixos.

#### Exemplo:

- “Alcançar” → “Alcançável”
- “Começar” → “Recomeço”

#### — Regras Gerais e Exceções

Apesar de existirem regras claras para o uso do “S”, “SS” e “Ç”, há algumas exceções que precisam ser memorizadas. Um exemplo clássico é a palavra exceção, onde o “Ç” é usado sem seguir diretamente as regras aplicáveis à maior parte das palavras com cedilha.

Além disso, o uso do “Ç” pode variar em palavras que compartilham a mesma raiz com outros idiomas, especialmente em palavras de origem latina que foram modificadas na sua grafia ao longo do tempo.

#### Dicas para Evitar Erros

Para facilitar a memorização e evitar confusões, algumas dicas práticas podem ser úteis:

- Entre vogais, se o som for de /s/, usa-se “SS” (processo); se o som for de /z/, usa-se “S” (casa).
- O “Ç” nunca é utilizado antes das vogais “E” ou “I”.
- Se o som de /s/ aparecer antes de uma consoante, utiliza-se o “S” (diversão).

O uso de “S”, “SS” e “Ç” segue regras bem definidas, mas existem exceções que precisam ser memorizadas com a prática. A leitura constante é uma excelente ferramenta para familiarizar-se com essas regras e ampliar o vocabulário de palavras corretamente grafadas. Dominar esses conceitos é essencial para garantir clareza e precisão na comunicação escrita.

#### — Os Diferentes “Porquês”

A língua portuguesa apresenta quatro formas distintas para a palavra “porque”: por que, porque, por quê e porquê. Cada uma dessas formas tem uma função específica na frase, e seu uso incorreto é uma das principais dúvidas ortográficas dos falantes. A seguir, veremos as regras que determinam quando e como utilizar corretamente cada uma dessas formas.

**Por que**

A forma “por que” é uma combinação da preposição “por” com o pronome interrogativo ou relativo “que”. Ela pode aparecer em perguntas diretas ou indiretas e, em alguns casos, introduz orações subordinadas.

**a) Usado em Perguntas Diretas**

Quando está no início de uma pergunta direta, o “por que” tem o sentido de “por qual motivo” ou “por qual razão”. Nessa construção, ele não leva acento e costuma vir no início da frase interrogativa.

**Exemplos:**

- Por que você chegou tarde?
- Por que eles não vieram à reunião?

**b) Usado em Perguntas Indiretas**

Também pode ser utilizado em perguntas indiretas, que não contêm o sinal de interrogação, mas ainda indicam uma dúvida ou questionamento.

**Exemplos:**

- Quero saber por que ele se atrasou.
- Não entendo por que ela não respondeu.

**c) Usado com Pronomes Relativos**

Quando o “que” funciona como um pronome relativo, o “por que” pode ser usado para introduzir orações subordinadas, e nesse caso também significa “pelo qual” ou “pela qual”.

**Exemplo:**

- Esse é o motivo por que eu me preocupo tanto.

**Porque**

A forma “porque” é uma conjunção explicativa ou causal. Ela é utilizada para indicar a causa ou motivo de algo, conectando duas ideias de forma que a segunda explica a primeira. Diferente de “por que”, “porque” nunca é usado em perguntas, apenas em respostas ou justificativas.

**Exemplos:**

- Ele não veio porque estava doente.
- Fui embora cedo porque estava cansado.

Nesse contexto, a palavra “porque” pode ser substituída por “pois”, já que ambas expressam explicações ou razões.

**Por quê**

A forma “por quê” é usada em final de frases interrogativas, ou seja, em perguntas diretas quando o “que” aparece no final da oração. Nesse caso, o “que” recebe acento por estar em posição final e o uso mantém o sentido de “por qual motivo”.

**Exemplos:**

- Você está cansado, por quê?
- Ela saiu tão cedo, por quê?

Esse uso é exclusivo de frases interrogativas diretas e ocorre apenas quando o “quê” está antes de um sinal de pontuação, como interrogação, exclamação ou ponto final.

**Porquê**

A forma “porquê” é um substantivo e, como tal, vem sempre acompanhado de um artigo, numeral, pronome ou adjetivo, funcionando como qualquer outro substantivo comum. Ele significa “motivo” ou “razão” e deve sempre ser acentuado.

**Exemplos:**

- Não entendo o porquê de tanta confusão.
- Explique-me os porquês dessa decisão.

Uma dica útil para não errar o uso dessa forma é lembrar que ela pode ser substituída diretamente por “motivo”. Se a troca for possível, o correto é usar “porquê”.

**Exemplos:**

- Ela não me disse o porquê.  
(Ela não me disse o motivo.)
- Gostaria de saber os porquês dessa mudança.  
(Gostaria de saber os motivos.)

**Dicas Práticas**

- Se for uma pergunta direta ou indireta, use “por que”.
- Se estiver explicando algo ou dando uma justificativa, use “porque”.
- Se o “que” estiver no final de uma pergunta direta, use “por quê” com acento.
- Se puder substituir por “motivo”, use “porquê” (substantivo).

Compreender as diferentes formas do “porquê” é essencial para a escrita correta em português, pois o uso inadequado pode causar confusão e prejudicar a clareza da comunicação. Embora existam regras específicas, a prática da leitura e o exercício constante ajudam a fixar o emprego correto dessas palavras no dia a dia, garantindo uma comunicação mais clara e precisa.

**— Parônimos e Homônimos**

As palavras parônimas e homônimas representam dois fenômenos linguísticos que podem causar confusão tanto na escrita quanto na fala, devido à semelhança fonética ou gráfica que possuem. Embora parecidas, essas palavras têm significados completamente diferentes. A compreensão desses conceitos é essencial para evitar equívocos na comunicação, principalmente em textos formais e em concursos públicos.

**Parônimos**

Os parônimos são palavras que têm grafia e pronúncia semelhantes, mas significados distintos. Essa similaridade muitas vezes leva a erros na escolha da palavra correta, especialmente em contextos em que o uso preciso do vocabulário é necessário. Esses erros, além de alterarem o sentido do que se quer comunicar, podem prejudicar a clareza e a formalidade do texto.

**Exemplos de Parônimos:**

- Cumprimento (saudação) x Comprimento (extensão)
- Exemplo: O cumprimento do chefe foi cordial. / A mesa tem dois metros de comprimento.
- Tráfego (movimento de veículos) x Tráfico (comércio ilegal)



## OS DIFERENTES RITMOS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A construção do conhecimento é um processo dinâmico e individual, influenciado por diversos fatores, como a bagagem cultural, as experiências prévias, as habilidades cognitivas e as metodologias de ensino utilizadas. No contexto educacional, é fundamental reconhecer que os alunos aprendem em ritmos diferentes, o que exige estratégias pedagógicas diversificadas para garantir a inclusão e o desenvolvimento de todos.

### O Conceito de Ritmos de Aprendizagem

Cada indivíduo possui um ritmo próprio para adquirir, processar e consolidar informações. Esse ritmo pode variar de acordo com:

- **Aspectos biológicos:** O desenvolvimento neurológico e as características cognitivas individuais influenciam a capacidade de absorção do conhecimento.

- **Experiências anteriores:** Alunos com maior contato prévio com determinado conteúdo podem apresentar maior facilidade na aprendizagem.

- **Motivação e interesse:** O envolvimento emocional e o interesse pelo tema impactam diretamente a velocidade do aprendizado.

- **Estilo de aprendizagem:** Alguns aprendem melhor por meio da leitura, outros por meio da prática ou de estímulos visuais e auditivos.

- **Contexto sociocultural:** O ambiente familiar e as condições socioeconômicas podem facilitar ou dificultar o acesso ao conhecimento.

Respeitar essas diferenças é essencial para um ensino mais inclusivo e eficiente.

### Tipos de Ritmos de Aprendizagem

Dentro do ambiente escolar, os alunos podem ser classificados em diferentes perfis de ritmo de aprendizagem:

#### Aprendizes Rápidos

São aqueles que assimilam novos conceitos com facilidade e rapidez. Costumam necessitar de desafios constantes para manter o interesse e evitar o desengajamento.

#### Aprendizes Médios

Representam a maioria dos estudantes e aprendem em um ritmo considerado padrão. Beneficiam-se de metodologias variadas e de reforço do conteúdo ao longo do tempo.

#### Aprendizes Lentos

Têm maior dificuldade para assimilar conteúdos e necessitam de mais tempo para processar as informações. Estratégias de ensino individualizado e acompanhamento mais próximo são fundamentais para seu progresso.

A velocidade da aprendizagem não deve ser vista como um fator de superioridade ou inferioridade, mas sim como uma característica individual que requer adaptação no ensino.

#### Métodos de Ensino para Diferentes Ritmos de Aprendizagem

Para atender à diversidade de ritmos, os educadores devem adotar abordagens pedagógicas flexíveis e diversificadas. Algumas das principais estratégias incluem:

#### Ensino Personalizado

Consiste na adaptação dos conteúdos e atividades conforme o perfil de cada aluno. Técnicas como tutoria individualizada, feedback contínuo e materiais diferenciados ajudam a atender necessidades específicas.

#### Aprendizagem Cooperativa

A interação entre alunos de diferentes ritmos pode ser benéfica para todos. Os aprendizes rápidos reforçam seu conhecimento ao ensinar colegas, enquanto os aprendizes lentos recebem suporte em um ambiente colaborativo.

#### Uso de Tecnologias Educacionais

Ferramentas digitais, como plataformas de ensino adaptativo, permitem que cada aluno avance no seu próprio ritmo, garantindo uma experiência de aprendizagem mais eficiente.

#### Metodologias Ativas

Técnicas como sala de aula invertida, aprendizagem baseada em projetos e gamificação permitem que cada aluno explore o conhecimento de forma mais autônoma e no seu próprio tempo.

#### O Papel do Professor na Mediação dos Ritmos de Aprendizagem

O professor desempenha um papel fundamental na adaptação do ensino às necessidades individuais dos alunos. Suas principais funções incluem:

- Diagnosticar os ritmos de aprendizagem por meio de avaliações diagnósticas e observação contínua.

- Criar estratégias de ensino diversificadas para atender às necessidades da turma.

- Fornecer feedback constante para orientar o desenvolvimento dos alunos.

- Estabelecer um ambiente inclusivo que valorize as diferenças e promova a autoconfiança dos estudantes.



### Desafios e Possibilidades no Ensino Diferenciado

Embora a personalização do ensino seja ideal, sua implementação enfrenta desafios como:

- Turmas numerosas, que dificultam a atenção individualizada;
- Falta de formação docente para lidar com a diversidade de ritmos;
- Infraestrutura e recursos limitados em muitas escolas.

No entanto, avanços na tecnologia educacional e novas abordagens pedagógicas oferecem caminhos para um ensino mais flexível e acessível.

## INTEGRAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE

A educação não é uma responsabilidade exclusiva da escola. A família e a comunidade desempenham papéis essenciais no desenvolvimento integral dos alunos, influenciando diretamente seu desempenho acadêmico, social e emocional. A integração entre esses três pilares – escola, família e comunidade – fortalece o processo de ensino e aprendizagem, promovendo um ambiente mais acolhedor, participativo e propício ao desenvolvimento dos estudantes.

### O Papel da Escola na Integração com a Família e a Comunidade

A escola tem a função de mediar e estimular a participação ativa da família e da comunidade na educação dos alunos. Além de ser um espaço de aprendizado formal, a escola deve atuar como um centro de convivência, diálogo e cooperação entre professores, pais e membros da sociedade. Para isso, é necessário que a escola:

- Estabeleça canais de comunicação eficientes com os pais e responsáveis, garantindo que estejam informados sobre o desenvolvimento dos alunos.
- Promova reuniões e eventos participativos que aproximem a família do cotidiano escolar.
- Crie projetos comunitários que envolvam os alunos e reforcem a importância do aprendizado na prática.
- Esteja aberta ao diálogo e à participação da comunidade, respeitando as realidades locais e culturais.

A escola deve ser um ambiente acessível, onde todos se sintam acolhidos e motivados a contribuir para o desenvolvimento da educação.

### O Papel da Família no Processo Educacional

A família é o primeiro espaço de socialização da criança e tem influência direta em sua formação. O apoio familiar na trajetória escolar do estudante impacta significativamente seu desempenho e motivação para aprender. As principais contribuições da família incluem:

#### Acompanhamento Escolar

Pais que acompanham o desempenho acadêmico dos filhos demonstram que a educação é um valor importante. Isso pode ser feito por meio de:

- Verificação da agenda e das tarefas escolares.
- Presença em reuniões pedagógicas e eventos escolares.

- Diálogo constante com os professores para entender as dificuldades e progressos dos filhos.

### Estímulo à Aprendizagem em Casa

O ambiente doméstico também influencia o aprendizado. Algumas práticas que podem ser adotadas incluem:

- Criar uma rotina de estudos, garantindo um espaço adequado para as atividades escolares.
- Incentivar a leitura e a curiosidade intelectual desde cedo.
- Demonstrar interesse pelo que a criança aprende na escola, reforçando a importância do conhecimento.

### Valorização da Educação

A postura da família em relação à escola impacta a percepção do aluno sobre a importância dos estudos. Pais que valorizam a escola transmitem esse sentimento aos filhos, incentivando a responsabilidade e o comprometimento com os estudos.

### O Papel da Comunidade na Educação Escolar

A comunidade tem um impacto significativo na formação dos estudantes, pois é o espaço onde ocorrem as experiências sociais que complementam o aprendizado escolar. A participação comunitária na educação pode ocorrer de várias formas:

#### Projetos Educativos e Culturais

Parcerias entre escolas e instituições comunitárias, como bibliotecas, centros culturais e organizações sociais, enriquecem a formação dos alunos ao oferecer atividades extracurriculares, como oficinas, palestras e eventos culturais.

#### Voluntariado e Parcerias Locais

Empresas, universidades e ONGs podem contribuir com a escola por meio de doações, programas de estágio e voluntariado, proporcionando oportunidades de aprendizado prático aos estudantes.

#### Segurança e Bem-Estar dos Alunos

A comunidade também é responsável por criar um ambiente seguro para os alunos, garantindo que o entorno escolar seja livre de violência e acessível para todos. Programas de segurança comunitária e projetos sociais voltados à juventude podem fortalecer esse aspecto.

### Desafios na Integração Escola-Família-Comunidade

Apesar dos benefícios dessa parceria, algumas dificuldades podem dificultar sua efetivação, como:

- Falta de tempo dos pais devido à rotina de trabalho e responsabilidades diárias.
- Baixa escolaridade de alguns responsáveis, o que pode dificultar o acompanhamento do aprendizado dos filhos.
- Dificuldades de comunicação entre escola e família, como falta de interesse ou resistência de ambas as partes.
- Desigualdade social, que impacta o acesso à educação de qualidade e o envolvimento comunitário.

Esses desafios exigem um esforço conjunto para superá-los, garantindo que todos os alunos tenham apoio adequado para seu desenvolvimento.

### Estratégias para Fortalecer a Integração

Para superar os desafios e tornar essa parceria mais eficiente, algumas estratégias podem ser adotadas:

#### Comunicação Ativa e Transparente

- Criar grupos de comunicação digital entre professores e pais.
- Usar boletins informativos e reuniões periódicas para manter os responsáveis informados.

#### Eventos e Ações Participativas

- Realizar feiras culturais, gincanas e oficinas que envolvam a família e a comunidade.
- Incentivar visitas à escola e participação em conselhos escolares.

#### Projetos Interdisciplinares e Comunitários

- Criar programas de leitura compartilhada entre alunos e familiares.
- Desenvolver ações sociais que envolvam a escola e a comunidade local.

Com essas iniciativas, é possível tornar a escola um espaço mais acolhedor e eficiente na formação dos estudantes.

## O PAPEL DO PROFESSOR NO MUNDO ATUAL

O papel do professor sempre foi essencial para a construção do conhecimento e o desenvolvimento da sociedade. No entanto, no mundo atual, marcado por avanços tecnológicos, mudanças nas relações sociais e desafios educacionais, a função docente passou por transformações significativas. O professor deixou de ser apenas um transmissor de conteúdos para se tornar um mediador do aprendizado, um facilitador que orienta os alunos na construção do conhecimento, no desenvolvimento do pensamento crítico e na formação de valores sociais e éticos.

Diante desse cenário, este texto abordará as principais mudanças na atuação do professor, os desafios enfrentados na atualidade e as competências necessárias para um ensino eficaz no século XXI.

### A Evolução do Papel do Professor na Sociedade

Historicamente, o professor era visto como a principal fonte de conhecimento, sendo responsável por transmitir informações de forma linear e expositiva. No modelo tradicional de ensino, a ênfase estava na memorização e na disciplina, com pouca participação ativa dos alunos.

No entanto, com o avanço da tecnologia e o acesso facilitado à informação, o papel do professor precisou se transformar. Hoje, espera-se que ele:

- Atue como mediador do conhecimento, ajudando os alunos a interpretar e aplicar as informações de maneira crítica e reflexiva.
- Estimule a autonomia dos estudantes, incentivando a busca ativa pelo aprendizado.
- Utilize metodologias inovadoras, como aprendizagem baseada em projetos, ensino híbrido e gamificação.
- Desenvolva habilidades socioemocionais nos alunos, preparando-os para desafios do mundo contemporâneo.

Essa evolução reflete a necessidade de adaptar o ensino às novas demandas sociais e às mudanças no perfil dos estudantes.

### O Professor como Mediador do Conhecimento

A mediação do conhecimento significa que o professor não apenas transmite conteúdos, mas auxilia os alunos na compreensão e aplicação das informações em diferentes contextos. Esse papel inclui:

#### Estímulo ao Pensamento Crítico

Com a facilidade de acesso a informações na internet, os alunos precisam aprender a avaliar fontes, interpretar textos e desenvolver um raciocínio crítico. O professor deve orientar esse processo, ajudando-os a distinguir informações confiáveis de fake news e promovendo debates que estimulem a argumentação e a reflexão.

#### Uso de Metodologias Ativas

Para tornar o ensino mais dinâmico e participativo, o professor pode adotar abordagens como:

- Sala de aula invertida: os alunos estudam o conteúdo previamente e utilizam o tempo de aula para discussões e aplicações práticas.
- Aprendizagem baseada em projetos: os estudantes resolvem problemas reais por meio de pesquisa e colaboração.
- Gamificação: uso de elementos de jogos para tornar o aprendizado mais envolvente.

Essas estratégias tornam o ensino mais significativo e estimulam o protagonismo dos alunos.

### Os Desafios do Professor no Mundo Atual

O exercício da docência enfrenta diversos desafios na atualidade, que exigem adaptação e inovação. Alguns dos principais obstáculos são:

#### A Tecnologia na Educação

O uso de dispositivos digitais e plataformas online transformou o ensino, trazendo benefícios e desafios. O professor precisa estar preparado para:

- Integrar novas tecnologias ao processo educativo sem perder o foco pedagógico.
- Manter o engajamento dos alunos diante da distração causada por celulares e redes sociais.
- Adaptar-se ao ensino híbrido e remoto, quando necessário.

#### A Diversidade na Sala de Aula

As turmas são compostas por alunos com diferentes ritmos de aprendizagem, origens culturais e necessidades educacionais especiais. O professor deve adotar práticas inclusivas para garantir que todos tenham oportunidades iguais de aprendizado.

#### A Desvalorização da Profissão Docente

Apesar de sua importância, a carreira docente enfrenta desafios como baixos salários, sobrecarga de trabalho e falta de reconhecimento. Isso impacta a motivação dos professores e, consequentemente, a qualidade do ensino.

### Formação Contínua e Atualização

O mundo está em constante transformação, e o professor precisa se atualizar continuamente para acompanhar novas metodologias, ferramentas digitais e demandas educacionais. A formação continuada é essencial para que ele se mantenha preparado para os desafios do século XXI.

### Competências Essenciais para o Professor Contemporâneo

Diante das mudanças no cenário educacional, o professor precisa desenvolver um conjunto de competências para desempenhar seu papel de maneira eficiente. Entre as principais, destacam-se:

#### Competências Pedagógicas

- Domínio dos conteúdos e metodologias de ensino.
- Capacidade de adaptar estratégias de ensino às necessidades dos alunos.
- Uso de avaliações formativas para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes.

#### Competências Tecnológicas

- Habilidade para utilizar plataformas digitais e recursos interativos no ensino.
- Conhecimento sobre ferramentas de ensino remoto e híbrido.
- Capacidade de orientar os alunos sobre o uso responsável da tecnologia.

#### Competências Socioemocionais

- Empatia e capacidade de estabelecer vínculos positivos com os alunos.
- Habilidade para gerenciar conflitos e promover um ambiente escolar harmonioso.
- Motivação para inspirar e engajar os estudantes no aprendizado.

#### Competências de Gestão e Liderança

- Organização para planejar aulas e acompanhar o progresso dos alunos.
- Liderança para conduzir projetos e incentivar a participação ativa dos estudantes.
- Capacidade de trabalho colaborativo com outros professores e membros da comunidade escolar.

O desenvolvimento dessas competências permite que o professor exerça sua função de maneira mais eficiente e significativa.

### O Futuro da Profissão Docente

O futuro da educação aponta para mudanças ainda mais profundas na atuação do professor. Algumas tendências incluem:

- Ensino híbrido como realidade permanente, combinando aulas presenciais e virtuais.
- Personalização do ensino, com metodologias adaptadas às necessidades individuais dos alunos.
- Integração da inteligência artificial na educação, auxiliando na personalização do aprendizado e na análise do desempenho dos estudantes.
- Maior valorização da educação socioemocional, preparando os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade.

Para se adaptar a essas mudanças, os professores precisam investir constantemente em formação e inovação, garantindo que seu papel continue sendo essencial na formação das novas gerações.

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ARTIGO 5º, ARTIGOS 37 AO 41, 205 A 214 E 227 AO 229

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

#### TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

#### CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; (Vide Lei nº 9.296, de 1996)

# BIBLIOGRAFIA

**BACICH, L.; MORAN, J. METODOLOGIAS ATIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO INOVADORA: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-PRÁTICA. PORTO ALEGRE: PENSO, 2017**

“Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico-prática” de Lilian Bacich e José Moran apresenta uma reflexão sobre a necessidade de inovação na educação, buscando explorar as possibilidades das metodologias ativas como estratégia para transformar a prática pedagógica.

A obra parte do pressuposto de que a educação deve ser entendida como um processo dinâmico e interativo, capaz de estimular a construção de conhecimentos a partir da experiência e da reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Nesse sentido, os autores defendem a ideia de que as metodologias ativas podem ser uma estratégia eficaz para estimular a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, incentivando a construção de conhecimentos de forma colaborativa e crítica.

Ao longo da obra, os autores apresentam diversas metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida, a gamificação e o ensino híbrido. A partir dessas metodologias, os autores buscam estimular a reflexão crítica sobre a prática pedagógica e apresentam exemplos práticos de como essas metodologias podem ser implementadas na sala de aula.

Além disso, o livro discute a importância da formação contínua dos professores e da construção de uma cultura escolar baseada na colaboração e na inovação. Os autores defendem a ideia de que a inovação na educação depende da construção de uma cultura de mudança e da capacidade de os professores experimentarem novas metodologias e práticas pedagógicas.

Esse livro é de suma importância para todos os profissionais da educação que buscam inovar na prática pedagógica, pois os autores apresentam diversas metodologias ativas e buscam estimular a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, além de discutir a importância da formação contínua dos professores e da construção de uma cultura escolar baseada na colaboração e na inovação.

**CHRISPINO, Á. GESTÃO DO CONFLITO ESCOLAR: DA CLASSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS AOS MODELOS DE MEDIAÇÃO. IN: ENSAIO: AVAL. POL. PÚBL. EDUC., RIO DE JANEIRO, V.15, N.54, P. 11-28, JAN./MAR. 2007**

O artigo “Gestão do Conflito Escolar: da Classificação dos Conflitos aos Modelos de Mediação”, escrito por Álvaro Crispino e publicado na revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, aborda a importância da gestão dos conflitos no ambiente escolar. O autor explora diferentes abordagens para compreender e lidar com os conflitos, destacando o papel da mediação como uma estratégia eficaz na resolução pacífica dessas situações.

No artigo, Crispino discute a relevância de se compreender os conflitos no contexto educacional, considerando que a convivência em um ambiente escolar diverso e complexo pode gerar divergências e desentendimentos. Ele propõe a classificação dos conflitos em três categorias: conflitos de interesses, conflitos de valores e conflitos interpessoais.

Os conflitos de interesses surgem quando há uma disputa entre as partes envolvidas por recursos escassos ou posições contrárias. Já os conflitos de valores envolvem divergências relacionadas a crenças, princípios e concepções de mundo. Por fim, os conflitos interpessoais são aqueles que ocorrem entre indivíduos, muitas vezes motivados por desentendimentos, diferenças pessoais ou problemas de relacionamento.

Diante dessas categorias de conflitos, Crispino destaca a importância da mediação como uma abordagem para a gestão eficaz dessas situações. A mediação consiste em um processo no qual uma terceira pessoa imparcial auxilia as partes envolvidas na identificação de interesses, na busca de soluções e na construção de acordos que atendam às necessidades de todos.

O autor apresenta diferentes modelos de mediação que podem ser aplicados no contexto escolar. Esses modelos incluem a mediação tradicional, que envolve a atuação de um mediador neutro para facilitar a comunicação entre as partes; a mediação escolar, na qual um profissional da própria escola atua como mediador; e a mediação entre pares, em que estudantes são capacitados para mediar conflitos entre seus colegas.

Crispino ressalta que a mediação não se trata apenas de resolver os conflitos imediatos, mas também de promover a aprendizagem socioemocional dos estudantes. Por meio desse processo, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver habilidades de comunicação, empatia, negociação e resolução de problemas, tornando-se agentes ativos na construção de um ambiente escolar mais harmonioso e colaborativo.

Em suma, o artigo de Álvaro Crispino discute a gestão dos conflitos escolares, apresentando uma classificação dos conflitos e destacando o papel da mediação como estratégia

para a resolução pacífica dessas situações. A compreensão dos diferentes tipos de conflitos e a aplicação de modelos de mediação podem contribuir para a promoção de um ambiente escolar mais saudável, favorecendo a convivência pacífica, o diálogo e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

**LERNER, DELIA — LER E ESCREVER NA ESCOLA: O REAL, O POSSÍVEL E O NECESSÁRIO. 1ª ED. ARTMED, 2002**

“Ler e Escrever na Escola: O Real, o Possível e o Necessário” é uma obra de Delia Lerner, publicada pela Editora Artmed em 2002. O livro aborda a importância da leitura e da escrita na escola e como essas habilidades podem ser desenvolvidas de maneira eficaz.

Lerner é uma renomada educadora e pesquisadora na área de educação, e em sua obra, ela discute a importância da leitura e da escrita como práticas vivas e vitais na escola.

Os principais pontos do livro são:

A importância da leitura e da escrita: Lerner destaca a importância da leitura e da escrita na escola, argumentando que são instrumentos poderosos que permitem a aprendizagem.

O real, o possível e o necessário: A autora discute o que é real, o que é possível e o que é necessário para a leitura e a escrita na escola. Ela argumenta que, embora seja difícil e demande tempo, a escola precisa de diretrizes básicas para o trabalho com os gêneros textuais.

A formação de leitores e escritores autônomos: Lerner defende que é papel social da escola formar leitores e escritores autônomos, mas que a instituição ainda não desenvolve essa tarefa com plenitude.

Refletindo sobre a obra, percebe-se a importância de promover a leitura e a escrita como práticas vivas e vitais na escola. A abordagem de Lerner oferece uma visão valiosa sobre como a leitura e a escrita podem ser desenvolvidas de maneira eficaz na escola. É uma leitura essencial para educadores e administradores escolares interessados em melhorar suas práticas de ensino da leitura e da escrita.

**LUCKESI, CIPRIANO C. — AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: ESTUDOS E PROPOSIÇÕES. 22ª ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2011**

“Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições”, de Cipriano Carlos Luckesi, é uma obra fundamental para educadores, administradores escolares e estudiosos da educação. Publicada em sua 22ª edição pela Cortez Editora em 2011, o livro oferece uma análise detalhada e crítica dos métodos e práticas de avaliação no contexto educacional. Luckesi, um dos mais respeitados pensadores da educação brasileira, traz um olhar profundo e reflexivo sobre o papel e o significado da avaliação no processo de aprendizagem.

A obra se destaca por questionar os métodos tradicionais de avaliação, frequentemente centrados em testes e provas que medem a memorização de informações em vez de um entendimento profundo ou pensamento crítico. Luckesi argumenta que a avaliação deve ser um processo contínuo e integrado ao ensino, visando não apenas medir, mas

principalmente promover a aprendizagem. Ele defende que a avaliação deve ser uma ferramenta para identificar as necessidades de aprendizagem dos alunos e orientar os educadores em suas práticas pedagógicas.

Um dos pontos centrais do livro é a necessidade de uma abordagem mais humanística e menos punitiva na avaliação. Luckesi critica o uso da avaliação como um instrumento de poder e controle, que pode gerar ansiedade e desmotivação nos alunos. Em vez disso, ele propõe que a avaliação seja utilizada de forma construtiva, como um meio para promover o desenvolvimento integral do aluno, considerando aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

Luckesi também aborda a importância da formação dos professores no que diz respeito à avaliação. Ele sugere que os educadores devem ser preparados para implementar práticas avaliativas mais reflexivas e orientadas para o desenvolvimento do aluno. Isso inclui a capacidade de criar avaliações diversificadas e significativas, que possam realmente refletir o progresso e as necessidades dos alunos, e de usar os resultados das avaliações para aprimorar o ensino.

Além disso, o livro examina o papel das políticas educacionais na definição de práticas de avaliação e como elas podem influenciar o sistema educacional como um todo. Luckesi defende uma política educacional que valorize a aprendizagem e o desenvolvimento humano, e não apenas os resultados de avaliações padronizadas.

“Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições” é, portanto, uma leitura essencial para aqueles que buscam compreender e aprimorar as práticas de avaliação na educação. Luckesi oferece uma perspectiva rica e desafiadora, convidando educadores e formuladores de políticas a repensar a avaliação como uma parte integrante e vital do processo educacional, alinhada ao objetivo maior de formar cidadãos críticos, conscientes e capazes de aprender continuamente.

**MANTOAN, MARIA TERESA EGLÉR. ABRINDO AS ESCOLAS ÀS DIFERENÇAS, CAPÍTULO 5, IN: MANTOAN, MARIA TERESA EGLÉR (ORG.) PENSANDO E FAZENDO EDUCAÇÃO DE QUALIDADE. SÃO PAULO: MODERNA, 2001**

No capítulo Abrindo as Escolas às Diferenças, Maria Teresa Eglér Mantoan reflete sobre a importância da inclusão e da valorização da diversidade no ambiente escolar, defendendo uma concepção de educação que reconhece e respeita as diferenças como parte essencial do processo de aprendizagem. A autora propõe uma crítica contundente ao modelo tradicional de ensino, que tende a homogeneizar os alunos, desconsiderando suas singularidades, e defende uma escola aberta à pluralidade, capaz de acolher e potencializar as diferentes formas de ser, aprender e se expressar.

Mantoan parte da premissa de que a diferença é uma característica inerente à condição humana, não um obstáculo a ser superado. Em vez de tentar “normalizar” os alunos para que se encaixem em padrões rígidos de comportamento e desempenho, a escola deve criar condições para que cada estudante possa desenvolver suas potencialidades de forma plena. O ambiente escolar deve ser um espaço de convivência com a diversidade,



onde o respeito às diferenças não se limite ao discurso, mas se traduza em práticas pedagógicas concretas que promovam a equidade e a justiça social.

O conceito de educação inclusiva é central na argumentação da autora. Para Mantoan, a inclusão não se refere apenas à presença física de alunos com deficiência na escola regular, mas envolve uma transformação profunda nas concepções pedagógicas, nas relações interpessoais e na organização do ensino. A educação inclusiva pressupõe o reconhecimento de que todos os alunos têm o direito de aprender juntos, em ambientes que valorizem a cooperação, o diálogo e o respeito mútuo. Trata-se de um movimento que desafia práticas excludentes, baseadas em classificações, diagnósticos e separações que marginalizam aqueles que não se encaixam nos modelos tradicionais de “normalidade”.

A autora critica a lógica da homogeneização presente em muitas escolas, que busca padronizar o processo de ensino-aprendizagem, tratando os alunos de forma uniforme, sem considerar suas especificidades. Esse modelo ignora o fato de que cada estudante possui um ritmo, um estilo de aprendizagem, interesses e necessidades diferentes. A proposta de Mantoan é substituir essa lógica por uma pedagogia da diferença, que reconheça e valorize a singularidade de cada indivíduo, criando condições para que todos possam participar ativamente do processo educativo.

No âmbito da prática pedagógica, Mantoan defende a adoção de estratégias diversificadas de ensino, que atendam às múltiplas formas de aprender. Isso implica o uso de metodologias ativas, projetos interdisciplinares, atividades em grupo, recursos multimídia e abordagens flexíveis, que permitam aos alunos explorar seus talentos e desenvolver competências de diferentes maneiras. O currículo deve ser pensado de forma a garantir a participação de todos, promovendo a autonomia e o protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem.

A autora destaca o papel fundamental do professor como agente de transformação. O educador, segundo Mantoan, deve ser um profissional reflexivo, capaz de questionar suas práticas, desconstruir preconceitos e buscar constantemente novas formas de ensinar. O professor inclusivo é aquele que acredita no potencial de todos os seus alunos, que valoriza suas contribuições e que cria um ambiente acolhedor, onde o erro é visto como parte do processo de aprendizagem e não como um fracasso. O trabalho colaborativo entre professores, o planejamento conjunto e a troca de experiências são estratégias importantes para o desenvolvimento de uma prática pedagógica inclusiva.

Outro aspecto relevante abordado no capítulo é a importância da gestão escolar na promoção da inclusão. A abertura da escola às diferenças não depende apenas da atuação individual dos professores, mas requer uma mudança na cultura institucional, que envolva a equipe gestora, os funcionários, as famílias e a comunidade. A gestão democrática, baseada na participação de todos os envolvidos no processo educativo, é fundamental para a construção de uma escola inclusiva. Isso inclui a elaboração de projetos pedagógicos que contemplem a diversidade, a formação continuada dos profissionais da educação e o estabelecimento de parcerias com outras instituições e serviços de apoio.

Mantoan também discute a dimensão ética da educação inclusiva, destacando que o respeito à diferença é um valor fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. A escola tem um papel crucial na formação de cidadãos conscientes, capazes de conviver com a diversidade e de lutar

contra qualquer forma de discriminação, preconceito ou exclusão. A inclusão não é apenas uma questão pedagógica, mas um compromisso ético e político com a promoção dos direitos humanos e da dignidade de todas as pessoas.

No que diz respeito à avaliação da aprendizagem, a autora propõe uma abordagem que valorize o progresso individual de cada aluno, em vez de compará-los a padrões rígidos de desempenho. A avaliação inclusiva deve considerar o percurso de aprendizagem, os avanços e as dificuldades de cada estudante, promovendo uma reflexão sobre o processo e não apenas sobre os resultados finais. Isso implica o uso de instrumentos diversificados de avaliação, que permitam identificar as potencialidades e as necessidades de cada aluno, contribuindo para o planejamento de intervenções pedagógicas mais eficazes.

Mantoan enfatiza que a inclusão não significa baixar o nível de exigência ou simplificar o currículo, mas sim repensar as práticas pedagógicas para torná-las acessíveis a todos, sem perder a complexidade e a riqueza do conhecimento. O desafio da educação inclusiva é justamente criar condições para que todos os alunos possam alcançar altos níveis de aprendizagem, respeitando suas diferenças e promovendo o desenvolvimento integral.

O capítulo *Abrindo as Escolas às Diferenças* é uma leitura essencial para educadores, gestores e profissionais da educação que buscam compreender e implementar práticas inclusivas em suas instituições. Maria Teresa Eglér Mantoan nos convida a repensar o papel da escola na sociedade contemporânea, desafiando-nos a construir um ambiente educativo que não apenas tolere, mas celebre a diversidade, reconhecendo-a como uma fonte de riqueza e de aprendizado para todos. A obra é um chamado à reflexão sobre a importância de uma educação comprometida com a equidade, a justiça social e o respeito à dignidade de cada ser humano.

**MORAN, J. EDUCAÇÃO HÍBRIDA: UM CONCEITO CHAVE PARA A EDUCAÇÃO, HOJE. TEXTO PUBLICADO NO LIVRO ENSINO HÍBRIDO: PERSONALIZAÇÃO E TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO, ORGANIZADO POR BACICH, TANZI & TREVISANI – PORTO ALEGRE: PENSO, 2015**

O texto *Educação Híbrida: Um Conceito-Chave para a Educação, Hoje*, de José Moran, apresenta uma reflexão profunda sobre as transformações no cenário educacional contemporâneo, impulsionadas pelo avanço das tecnologias digitais e pela necessidade de personalização do ensino. O autor defende que a educação híbrida não é apenas uma combinação de métodos presenciais e virtuais, mas um conceito que representa uma mudança paradigmática na forma de ensinar e aprender, promovendo maior autonomia, flexibilidade e protagonismo por parte dos estudantes.

A educação híbrida, segundo Moran, é uma abordagem que integra de maneira intencional diferentes espaços, tempos, recursos e metodologias de ensino, com o objetivo de potencializar a aprendizagem. Ela combina o ensino presencial com o ensino online, criando oportunidades para que os alunos aprendam em diferentes contextos e ritmos, de forma mais personalizada e ativa. O modelo híbrido não se limita à simples adição de recursos

tecnológicos ao ensino tradicional, mas propõe uma reestruturação das práticas pedagógicas, valorizando o papel do estudante como agente ativo do próprio aprendizado.

Um dos pontos centrais do texto é a ideia de que o ensino híbrido favorece o protagonismo do aluno, que deixa de ser um receptor passivo de informações para se tornar um participante ativo no processo de construção do conhecimento. Nesse modelo, o estudante tem a oportunidade de escolher caminhos, explorar conteúdos de acordo com seus interesses e necessidades, e desenvolver competências essenciais para o século XXI, como o pensamento crítico, a criatividade, a colaboração e a autonomia. O papel do professor, por sua vez, se transforma de transmissor de conteúdo para mediador e facilitador da aprendizagem, atuando como um orientador que apoia, desafia e estimula os alunos em suas trajetórias individuais.

Moran destaca que a educação híbrida é uma resposta às demandas de um mundo cada vez mais dinâmico, interconectado e complexo, no qual o conhecimento está em constante transformação. O modelo híbrido permite a flexibilização do currículo, adaptando o ensino às realidades locais, aos contextos culturais e às particularidades de cada grupo de estudantes. A personalização da aprendizagem é um dos grandes potenciais da educação híbrida, pois possibilita que cada aluno avance de acordo com seu próprio ritmo, interesses e estilos de aprendizagem.

O autor apresenta diferentes modelos de ensino híbrido, como o modelo de rotação, no qual os alunos alternam entre atividades presenciais e online; o modelo flex, em que o aprendizado ocorre majoritariamente em ambientes virtuais, com suporte presencial quando necessário; o modelo à la carte, que oferece ao aluno a possibilidade de escolher disciplinas para cursar online, de forma complementar ao currículo tradicional; e o modelo virtual enriquecido, que combina encontros presenciais com uma forte presença do ensino online. Esses modelos demonstram a diversidade de possibilidades que o ensino híbrido oferece, permitindo que as escolas escolham ou adaptem as estratégias mais adequadas às suas realidades.

A integração das tecnologias digitais no ensino híbrido é um aspecto fundamental, mas Moran enfatiza que o foco não deve estar na tecnologia em si, e sim no uso pedagógico intencional desses recursos para enriquecer a experiência de aprendizagem. As tecnologias permitem o acesso a uma ampla gama de informações, recursos interativos, plataformas de aprendizagem, ambientes virtuais de colaboração e ferramentas de avaliação formativa. No entanto, o uso eficaz da tecnologia depende de um planejamento pedagógico cuidadoso, que considere objetivos de aprendizagem claros e metodologias ativas que engajem os alunos de forma significativa.

Outro aspecto relevante discutido no texto é a necessidade de repensar o papel da avaliação na educação híbrida. A avaliação tradicional, baseada em provas padronizadas e na memorização de conteúdos, não é suficiente para captar a complexidade das aprendizagens desenvolvidas em ambientes híbridos. Moran defende uma abordagem de avaliação mais ampla e formativa, que valorize o processo de aprendizagem, a autoavaliação, a avaliação por pares e o uso de portfólios digitais. A tecnologia, nesse contexto, pode ser uma aliada na coleta de evidências de aprendizagem, no acompanhamento do progresso dos alunos e na personalização do feedback.

Moran também destaca os desafios para a implementação da educação híbrida, que vão desde questões estruturais, como o acesso à tecnologia e à internet, até desafios pedagógicos e culturais, relacionados à resistência a mudanças e à necessidade de formação continuada dos professores. O sucesso do ensino híbrido depende do comprometimento de toda a comunidade escolar, da gestão pedagógica à equipe docente, passando pelos alunos e suas famílias. A formação de professores para atuar em contextos híbridos é essencial, incluindo o desenvolvimento de competências digitais, a capacidade de planejar atividades interativas e o domínio de metodologias ativas.

A cultura da inovação é um tema transversal no texto de Moran. O autor argumenta que a educação híbrida representa uma oportunidade para repensar o papel da escola na sociedade contemporânea, transformando-a em um espaço de inovação, criatividade e desenvolvimento de competências para a vida. A escola não é mais o único lugar onde o conhecimento é produzido e transmitido; ela deve se conectar com o mundo, integrando diferentes fontes de saber, promovendo o pensamento crítico e preparando os alunos para aprender de forma contínua ao longo da vida.

Por fim, Moran reforça que a educação híbrida não é uma moda passageira ou uma simples resposta às demandas tecnológicas, mas uma tendência irreversível na evolução dos processos de ensino e aprendizagem. O modelo híbrido amplia as possibilidades pedagógicas, permitindo que a educação seja mais inclusiva, personalizada e alinhada às necessidades do século XXI. O desafio está em construir práticas pedagógicas que não apenas utilizem a tecnologia, mas que a integrem de forma crítica e reflexiva, promovendo aprendizagens significativas e preparando os alunos para os desafios de um mundo em constante transformação.

O texto Educação Híbrida: Um Conceito-Chave para a Educação, Hoje é uma leitura essencial para educadores, gestores e formuladores de políticas públicas que buscam compreender as potencialidades e desafios do ensino híbrido. José Moran oferece uma análise inspiradora e provocadora sobre o futuro da educação, destacando a importância de uma abordagem flexível, centrada no aluno e aberta à inovação, capaz de transformar a experiência de aprender e ensinar em um mundo cada vez mais conectado e dinâmico.

**MORAN, J. POR ONDE COMEÇAR A TRANSFORMAR NOSSAS ESCOLAS? TEXTO PUBLICADO DO LIVRO “A EDUCAÇÃO QUE DESEJAMOS: NOVOS DESAFIOS E COMO CHEGAR LÁ”. CAP. 6. 6ª REIMPRESSÃO. CAMPINAS: PAPIRUS, 2016. PÁGINAS 145-165**

No capítulo 6 do livro “A Educação que Desejamos: Novos Desafios e Como Chegar Lá”, José Manuel Moran discute de forma profunda e reflexiva os caminhos possíveis para a transformação das escolas, destacando a necessidade de repensar práticas pedagógicas, metodologias de ensino e o próprio papel da educação na sociedade contemporânea. O autor enfatiza que as mudanças no ambiente educacional não se limitam a aspectos estruturais ou tecnológicos, mas envolvem, acima de tudo, uma mudança de mentalidade por parte de educadores, gestores, alunos e da comunidade escolar como um todo.



# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Professor De Educação Básica II – PEB II – Inglês

### BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - EDUCAÇÃO É A BASE – ASSUNTOS RELACIONADOS À INGLÊS

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.<sup>1</sup>

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

#### Lei nº 13.415/2017

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

#### Quais as implicações?

Implicações curriculares, com flexibilização e aligeiramento da formação

- Altera o formato de financiamento público com privatização
- Atinge a formação docente
- Impacta a docência da rede particular de ensino
- Não assegura novos recursos

#### Implicações Curriculares

Carga horária do ensino médio será ampliada de forma progressiva (§ 1º, Art. 24 LDB – nova redação) para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Ou seja, só existe prazo para se chegar às mil horas, ou seja, uma hora em relação a carga horária atual.

A Lei não faz referência clara como essa expansão irá acontecer no ensino médio noturno. Apenas determina que os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.”

O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica, mas não especifica se atingirá os itinerários formativos do ensino médio. É provável que não.

<sup>1</sup> Fonte: [www.educacaoinfantil.aix.com.br](http://www.educacaoinfantil.aix.com.br)

Obriga a oferta de língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental.

A Lei dispõe que a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais. Portanto, não necessitará de ser tratado para o conjunto dos estudantes.

A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do CNE e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

A BNCC definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

A parte diversificada dos currículos, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à BNCC e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

A BNCC referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Portanto, não haverá a obrigatoriedade de disciplinas.

Obrigatoriedade apenas para o ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas, e de língua inglesa.

Outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, poderão ser ofertadas de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

A carga horária destinada ao cumprimento da BNCC não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio. Ou seja, próximo a 69% do total da carga horária.

#### Itinerários Formativos

O currículo do ensino médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de **diferentes arranjos curriculares**, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

Poderá ser composto **itinerário formativo integrado**, que se traduz na composição de componentes curriculares da BNCC e dos itinerários formativos.

Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno conculente do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput.

## 1. INTRODUÇÃO

### A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)<sup>3</sup>, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

**COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários

**Os marcos legais que embasam a BNCC**

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida

e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Nesse artigo, a LDB deixa claros dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. O segundo se refere ao foco do currículo. Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC.

A relação entre o que é básico-comum e o que é diverso é retomada no Artigo 26 da LDB, que determina que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que foi o norte das diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000.

Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/20106.

Em 2014, a Lei nº 13.005/20147 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, consoante aos marcos legais anteriores, o PNE afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Em 2017, com a alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passa a utilizar, concomitantemente, duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá diretos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...]

Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 20178; ênfases adicionadas).

Trata-se, portanto, de maneiras diferentes e intercambiáveis para designar algo comum, ou seja, aquilo que os estudantes devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los.

## OS FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA BNCC

### Foco no desenvolvimento de competências

O conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35).

Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos<sup>10</sup>. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês)<sup>11</sup>, e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol)<sup>12</sup>.

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências.

Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.

### O compromisso com a educação integral

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender

a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral<sup>13</sup>. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva.

Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir.

Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida.

### O pacto interfederativo e a implementação da BNCC Base Nacional Comum Curricular: igualdade, diversidade e equidade

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais.

Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza.

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias.

Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de